

Os desafios dos sistemas educacionais adotados no Ensino Médio Modular no campo na Escola Rui Barbosa, Medicilândia, Pará

 Alcinei da Silva Araújo¹,  Fabíola Aparecida Ferreira Damacena²,  Carla Giovana Souza Rocha³

^{1, 2, 3} Universidade Federal do Pará - UFPA. Campus Universitário de Altamira/Faculdade de Etnodiversidade. Rua Coronel José Porfírio, 2515, Campus II, Bairro Esplanada do Xingu. Altamira - PA. Brasil.

Autor para correspondência/Author for correspondence: alcinei1414@gmail.com

RESUMO. A pesquisa tem como objetivo refletir sobre o Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) a partir do estudo de caso na Escola Rui Barbosa, Medicilândia, Pará. Buscou-se sistematizar parte da trajetória do ensino médio modular das escolas do campo no município, com enfoque na oferta e funcionamento, além de compreender o processo de aceitação do Sistema Educacional Interativo (SEI) pela comunidade. A pesquisa tem ancoragem na abordagem quali-quantitativa com a realização de entrevistas, coleta e tratamento de dados secundários e pesquisa documental. O ensino médio nessa comunidade é fruto da luta social coletiva, ocorrendo o aumento no número de matrículas de 2003 a 2019, assim como a diminuição do número de alunos evadidos. Apesar dos desafios de assegurar a oferta das disciplinas, professores e de infraestrutura, o SOME foi defendido pela comunidade escolar por garantir o acesso ao ensino médio no campo. A comunidade local não apoia substituição pelo SEI apresentado pelo governo estadual como proposta piloto, considerando que haverá perda na qualidade da educação e desvalorização dos docentes. A participação popular na definição de políticas públicas educacionais não é prioridade dos agentes públicos, que continuam definindo-as sem a discussão com a sociedade.

Palavras-chave: educação do campo, ensino médio, ensino modular.

The challenges of educational systems adopted in Modular High School in the countryside at Rui Barbosa School, Medicilândia, Pará

ABSTRACT. The research aims to reflect on the Modular Teaching Organization System (SOME) based on a case study at Escola Rui Barbosa, Medicilândia, Pará. Focusing on supply and operation, in addition to understanding the process of acceptance of the Interactive Educational System (SEI) by the community. The approach was quali-quantitative, with interviews, collection and processing of secondary data and documentary research. Secondary education in this community is the result of collective social struggle, with an increase in the number of enrollments from 2003 to 2019, as well as a decrease in the number of dropouts. Despite the challenges of ensuring the supply of subjects, teachers and infrastructure, SOME was defended by the school community for guaranteeing access to secondary education in the countryside. The local community does not support replacement by the SEI presented by the state government as a pilot proposal, considering that there will be a loss in the quality of education and a devaluation of teachers. Popular participation in the definition of public educational policies is not a priority for public agents, who continue to define them without discussion with society.

Keywords: rural education, high school, modular teaching.

Los desafíos de los sistemas educativos adoptados en la Escuela Secundaria Modular en el campo en la Escuela Rui Barbosa, Medicilândia, Pará

RESUMEN. La investigación tiene como objetivo reflexionar sobre el Sistema Modular de Organización de la Enseñanza (SOME) a partir de un estudio de caso en la Escola Rui Barbosa, Medicilândia, Pará. Centrándose en la oferta y operación, además de comprender el proceso de aceptación del Sistema Educativo Interactivo (SEI) por la comunidad. El enfoque fue cuali-cuantitativo, con entrevistas, recolección y procesamiento de datos secundarios e investigación documental. La educación secundaria en esta comunidad es el resultado de la lucha social colectiva, con un aumento en el número de matrículas de 2003 a 2019, así como una disminución en el número de abandonos. A pesar de los desafíos de asegurar la oferta de asignaturas, docentes e infraestructura, SOME fue defendido por la comunidad escolar para garantizar el acceso a la educación secundaria en el campo. La comunidad local no apoya el reemplazo por el SEI presentado por el gobierno estatal como una propuesta piloto, considerando que habrá una pérdida en la calidad de la educación y una devaluación de los docentes. La participación popular en la definición de políticas públicas educativas no es una prioridad para los agentes públicos, quienes continúan definiéndolas sin discusión con la sociedad.

Palabras-clave: educación rural, escuela secundaria, enseñanza modular.

Introdução

O Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) atende à demanda do ensino médio de camponeses e populações tradicionais no estado do Pará e, desde 2017 tem sido substituído pelo Sistema Educacional Interativo (SEI), ocasionando inúmeras críticas e insatisfações das comunidades do campo e profissionais da educação, que têm requerido participação efetiva nos processos de avaliação e definição das políticas.

A relação entre o campo e a cidade marca o processo de formação de sujeitos, camponeses que lutam historicamente por condições de igualdade e de acesso ao direito à educação básica e superior, pelas políticas educativas ou de ação afirmativa. Esse acesso dá a oportunidade de formação e de atuação como professores e pesquisadores das escolas do campo, garantindo a educação formal nas comunidades camponesas. Essa formação implica diretamente na compreensão do indivíduo enquanto sujeito e seu pertencimento aos territórios pelos quais resistem e lutam por políticas públicas direcionadas aos cidadãos.

Neste estudo reunimos alunos e professores, da escola básica e da universidade para problematizar a

realidade do ensino médio ofertado aos camponeses na região da Transamazônica, do Sudoeste do Pará. No processo de produção e organização dos dados, tomamos como fonte os relatórios de pesquisa dos Tempos Comunidade do curso de Licenciatura em Educação do Campo, que é o período em que os discentes desenvolvem pesquisas de campo, estágios e ações em suas comunidades de pertença ou de atuação profissional.

A Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal do Pará, ofertada pela Faculdade de Etnodiversidade do Campus Universitário de Altamira, é um curso regular, presencial, que por meio da Pedagogia da Alternância, com etapas alternadas de formação, cuja oferta da licenciatura se dá por área de conhecimento. O curso é estruturado a partir da articulação entre o ensino, pesquisa e extensão cujo objetivo é promover a formação de professores contextualizada na realidade de suas comunidades de pertencimento, algo importante para a reorientação das políticas públicas educacionais. Essa modalidade de formação em alternância é ofertada no sistema intensivo e torna possível o acesso às populações de comunidades tradicionais e educadores do

campo, que historicamente não tiveram oportunidade de cursar uma graduação em instituição pública.

Os trabalhos acadêmicos produzidos durante os Tempos Universidade, período em que os discentes estão em sala de aula, constam de atividades práticas sobre as ações desenvolvidas nos Tempos Comunidade, com o intuito de mobilizarmos os estudantes a esse compromisso com a própria formação e o de fazer ciência com consciência do papel enquanto representantes de suas comunidades e escolas do campo. Ao mesmo tempo, estuda-se sobre os métodos que representam a parte prática e instrumental da pesquisa e as epistemologias as quais sinalizam a discussão teórica e a reflexão vigilante acerca das práticas e experiências que são tecidas ao longo da formação, na direção da compreensão dessas articulações necessárias para garantir o rigor e a qualidade da produção científica nas áreas da educação e das ciências sociais, sem perder de vista a contextualização histórica dos acontecimentos (Gamboa, 2018).

Nesse sentido, a pesquisa científica como uma ação de compreensão dos fenômenos, das práticas, dos problemas e as questões sociais, se articula necessariamente com a solução de

problemas e com os contextos sociais e históricos que os determinam.

Este estudo apresenta uma reflexão sobre o Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) ofertado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Rui Barbosa, localizada às margens da rodovia Transamazônica (BR 230), na Agrovila Jorge Bueno da Silva, em Medicilândia, Pará, bem como, sistematiza parte da trajetória do ensino médio modular das escolas do campo neste município, com enfoque no funcionamento e desafios da oferta desta modalidade de ensino, e busca compreender o processo de aceitação, por parte da comunidade escolar, para a implementação do Sistema Educacional Interativo (SEI), proposto pelo governo do estado do Pará.

Metodologia

Esse trabalho de pesquisa qualitativa tem como método o estudo de caso. Merriam (1998, p. 13) argumenta que um estudo de caso qualitativo é “uma descrição intensa, holística, bem como uma análise de um fenômeno limitado, como um programa, uma instituição, uma pessoa, um processo ou uma unidade social”. A partir desse enunciado de Merriam, caso pode ser “uma pessoa, um programa, um grupo, uma política

específica e assim por diante”, utilizando-se de entrevistas, observações e análises de documentos para a coleta de dados (Yazan, 2015, p. 174). Assim, o estudo de caso dos sistemas de ensino médio modular se deu a partir do contexto da Escola Rui Barbosa, em Medicilândia, Pará.

Nessa pesquisa, os dados foram produzidos a partir de entrevistas estruturadas com alunos e a gestores das escolas polo Rui Barbosa e Francisca Gomes dos Santos, bem como, da 10ª Unidade Regional de Educação (URE) e da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Medicilândia. Os sujeitos concordaram em participar da pesquisa para fins acadêmico-científicos por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo os mesmos identificados pelas iniciais de seus nomes.

Em decorrência da pandemia causada pelo novo coronavírus (SARS-COV-2) e como consequência deste contexto o fechamento das escolas e instituições, as entrevistas com os alunos egressos da escola Rui Barbosa, com a coordenação da 10ª URE e com representantes da Secretaria Municipal de Educação foram realizadas via aplicativo de mensagem (*WhatsApp*).

Foram considerados também, dados dos relatórios do período de observação e

pesquisas nos Tempos Comunidades, bem como, de um dos estágios supervisionados no ensino médio realizado no curso de Licenciatura em Educação do Campo (Araújo, 2019). Apresentamos ainda, dados de censos demográficos do IBGE, e de censos escolares da Escola Professora Francisca Gomes dos Santos, da 10ª URE/SEDUC e da Escola Rui Barbosa.

Desta forma, reconhecermos que o campo, para além de lugar, é um território, cujas comunidades camponesas protagonizam uma relação direta na produção de experiências e vivências de pesquisa, nos provoca uma reflexão filosófica sobre a natureza dessas experiências e sua manifestação na área educacional. Tanto a perspectiva de totalidade quanto da particularidade da realidade está atravessada pelas diversas áreas do conhecimento, de veredas e caminhos no processo de descrever e debater a construção do objeto "educação" pelo sujeito humano, tecido no contexto da realidade histórica e cultural (Gamboa, 2018).

O Sistema Modular de ensino: trajetória política e pedagógica na Escola Rui Barbosa

O Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) Pará está

implementado na expectativa de atender o que foi previsto na Constituição Federal Brasileira de 1988, no inciso II, do artigo 208, da emenda constitucional nº 14/1996, que estabelece que é dever do Estado garantir a progressiva universalização do ensino médio gratuito nas escolas públicas.

Para Sacramento (2018) a educação escolar do nível básico caracteriza-se pelo processo de integração e formação do sujeito. Partindo desse pressuposto, o ensino médio modular tem como finalidade o desenvolvimento das habilidades humanas de forma geral, proporcionando condições necessárias à aquisição dos conhecimentos e considera de certa forma, as necessidades sociais dos jovens, uma vez que a prática de convivência depende da elaboração dos saberes que ora tornam-se instrumentos importantes de realização pessoal e coletiva, dentro de sua família ou comunidade de pertencimento.

Esse sistema de ensino (SOME), enquanto política pública, foi criada em 1980 no estado do Pará, com o objetivo de garantir a educação básica às populações do campo e passou a ser implementada pela SEDUC em 1982. Sendo que no ano de 2019 atendeu a 144 municípios, de acordo com informações da SEDUC.

O SOME está funcionando até os dias de hoje por meio da oferta de módulos disciplinares do ensino médio a jovens e adultos nas 22 Unidades Regionais de Educação (UREs). Dentre essas regionais, a 10ª URE encontra-se localizada no município de Altamira, a qual é responsável por atender um total de oito municípios paraenses, sendo eles, Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu, com um total de dezessete escolas (Secretaria Estadual de Educação, 2020). De acordo com a coordenação da 10ª URE, a regional possui um quadro funcional de 51 docentes, sendo 41 efetivos (concurados) e 10 temporários (contratados), 01 supervisor e 01 professor atuando como técnico e possui 10.393 alunos matriculados no Ensino Médio, conforme Censo de 2019 (Secretaria Estadual de Educação, 2020).

É inegável que a descentralização do ensino foi um marco fundamental na história da educação do Brasil, pois, possibilitou o retorno dos jovens adultos do campo às escolas, que durante anos não tiveram acesso à educação do ensino médio, ou mesmo das séries finais do ensino fundamental, em virtude destas estarem concentradas no meio urbano.

Em Medicilândia, de acordo com o histórico do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Ensino Médio Professora Francisca Gomes dos Santos, o Modular Rural foi implantado o ano de 2001, juntamente com o curso de Ensino - Magistério que habilita o professor para lecionar na Educação Infantil. Nesse período, os professores vinham de outros municípios para ministrarem as disciplinas, em decorrência da carência de profissionais qualificados na localidade para atuarem no ensino médio. Em 2003, diante da demanda de alunos, foi autorizado o funcionamento do Ensino Médio Regular através da Portaria nº 529/2003-GS-SEDUC. Em 2005, o ensino modular (basicamente uma estrutura formada por módulo referente à determinada disciplina ou área do conhecimento) foi extinto no meio urbano, permanecendo até os dias atuais a oferta do ensino regular da educação infantil ao ensino médio.

O ensino ofertado na época pela modalidade era o ensino de 2º grau profissionalizante, os alunos eram formados e aptos para atuarem no mercado de trabalho, nas áreas de Magistério e Contabilidade.

A autora Brayner (2012) em sua pesquisa sobre o Sistema de Organização

Modular de Ensino Médio do meio rural ressalta que segundo registros da SEDUC:

No primeiro momento de implantação, foi priorizado o curso de Magistério na intenção de formar professores para o trabalho com as séries iniciais do ensino fundamental. No segundo momento, houve expansão com os cursos de Contabilidade, Administração, Ciências Humanas e Ciências Biológicas, procurando atender solicitação e demandas dos municípios (Brayner, 2012, p. 18).

A autora segue explicando a organização e funcionamento do sistema, que... na ocasião previam o deslocamento do professor da cidade para a área rural, a fim de ministrar sua disciplina no período previsto para o módulo, hospedando-se em cada localidade, tendo o docente que cumprir a carga horária e passar o conteúdo necessário à formação pretendida (Brayner, 2012, p. 18).

Tendo em vista a necessidade de dar continuidade à educação básica na etapa do ensino médio no município, representantes locais procuraram a Secretaria de Educação do Estado (SEDUC) para reivindicar uma modalidade de ensino que contemplasse e atendesse as necessidades da população. Desse modo, implantou-se o Ensino Médio modular rural, que funcionava na Escola municipal Abraham Lincoln e atendia tanto as pessoas da área urbana

quanto as pessoas do meio rural. Assim, segundo informações da diretora da escola, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Abraham Lincoln foi a primeira instituição a receber o SOME no município de Medicilândia, posteriormente transferido para Escola Estadual de Ensino Médio Francisca Gomes dos Santos.

Logo, o sistema modular de ensino foi implantado no município antes do que consta no histórico da escola sede atual. Neste sentido, a atual diretora da escola Abraham Lincoln, que era diretora responsável na época relatou que:

Não sei quando ocorreu de fato a implantação do SOME na escola, só sei que foi na década de 1990. Funcionava da seguinte forma, vinha uma disciplina por vez, os professores vinham de Altamira e de outros municípios e ficavam hospedados na casa dos professores e ministravam uma disciplina por vez em forma de módulo, no turno da noite (Professora Z. M., Diretora da escola Abraham Lincoln, 2020).

Com o crescimento populacional do município, aumentou a demanda de alunos e desta forma a modalidade de ensino modular foi sendo implantada em outras quatro comunidades: Jorge Bueno da Silva (EMEF Rui Barbosa), Nova Fronteira (EMEF Gaspar Viana), São Braz (EMEF Vitória Régia) e União da Floresta (EMEF Nossa Senhora das Graças). Essas quatro são denominadas

por escola polo, que por sua vez são responsáveis pelas escolas anexas. As escolas anexas estão situadas nas vicinais que são as estradas de chão que partem do eixo principal que é a rodovia Transamazônica e adentram dezenas de quilômetros na área rural do município.

Com a extensão territorial do município de 8.272,629 km² e com 65% de população rural, conforme Censo de 2010 do IBGE, o município estudado tem como base econômica as atividades agropecuárias predominantemente de base familiar, no qual a realidade e o cotidiano do campo são bem diferenciados em relação a sede do município, carecendo de acesso aos serviços públicos, serviços e comércio em geral e de infraestrutura. A implantação do ensino médio nas comunidades camponesas gerou novas possibilidades para manutenção das famílias em suas propriedades e melhoria das condições de vida.

A diretora da escola Rui Barbosa, que exercia a função de supervisora educacional na época, ressalta que antes do SOME ser implantado na comunidade, funcionava a modalidade de ensino por meio do programa Grupo Especial de Ensino Modular (GEEM) que ofertava o ensino médio, e houve resistência da

comunidade que almejava a modalidade pela oferta regular e não em módulos. Esse projeto funcionou até chegar a modalidade do SOME.

O Sistema Modular geralmente funciona nas comunidades rurais, e por sua vez, utiliza salas de aula de escolas municipais, disponibilizadas pelo governo local, no horário em que não há expediente com turmas do ensino fundamental. Na comunidade Jorge Bueno da Silva, o ensino médio funciona no período noturno, possibilitando o acesso às pessoas que trabalham durante o dia.

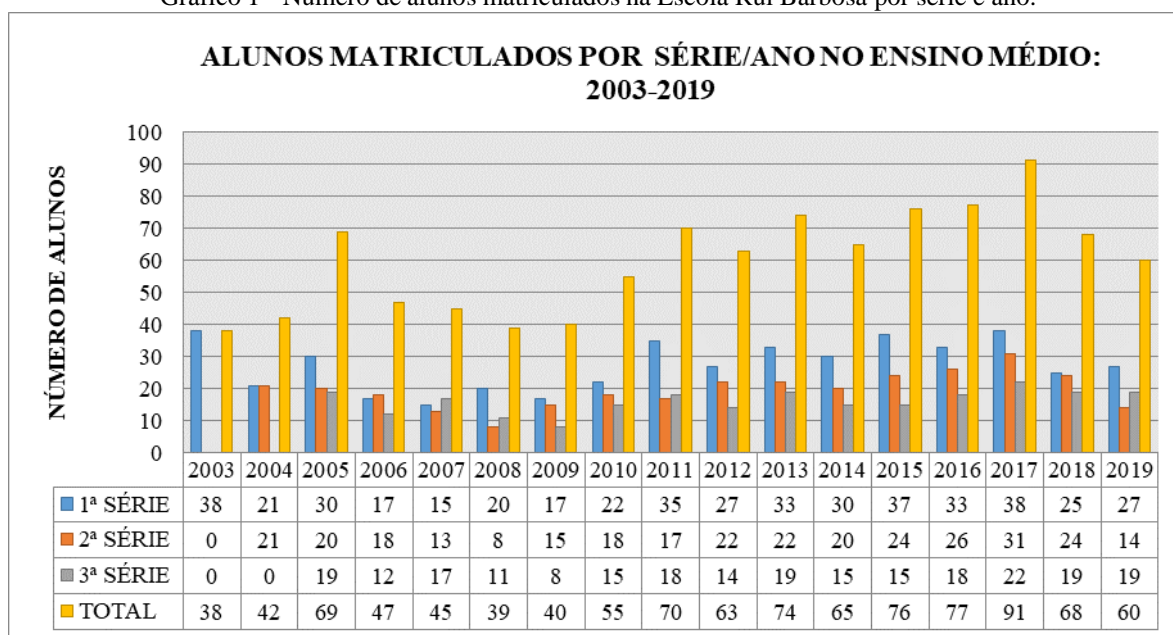
É importante salientar que este sistema de ensino foi sendo implementado gradativamente no município, assim como na comunidade Jorge Bueno da Silva, onde foi implantado em 2003. Como evidenciam Silva e Tontini (2007, p. 48), finalmente, em 2003, teve início o ensino médio, que foi implantado gradativamente, ou seja, desde a 1ª série até a 3ª. Em março de 2006 houve a colação de grau da primeira

turma de ensino médio da escola Rui Barbosa. O ensino médio na escola era motivo de orgulho e felicidade para toda a comunidade, como relatam.

Era visível a felicidade de todos os presentes, pois os filhos dos agricultores que até então caminhavam 20 km para estudarem na sede do município e muitas vezes não conseguiam voltar para casa no mesmo dia devido aos atoleiros causados pelas chuvas em período de inverno, impedindo o tráfego dos veículos que os transportavam ... muitas vezes esses alunos dormiam no carro ou andavam a pé chegando em casa ao amanhecer do dia seguinte, pois os mesmos estudavam a noite, e a situação da Rodovia Transamazônica não oferecia trafegabilidade (Silva & Tontini, 2007, p. 48).

O Gráfico 1 contém os números de educandos matriculados no ensino médio ao longo dos anos, na modalidade SOME, de acordo com cada série na escola Rui Barbosa desde a sua implantação.

Gráfico 1 - Número de alunos matriculados na Escola Rui Barbosa por série e ano.



Fonte: Dados fornecidos pela secretaria da escola Rui Barbosa (2020).

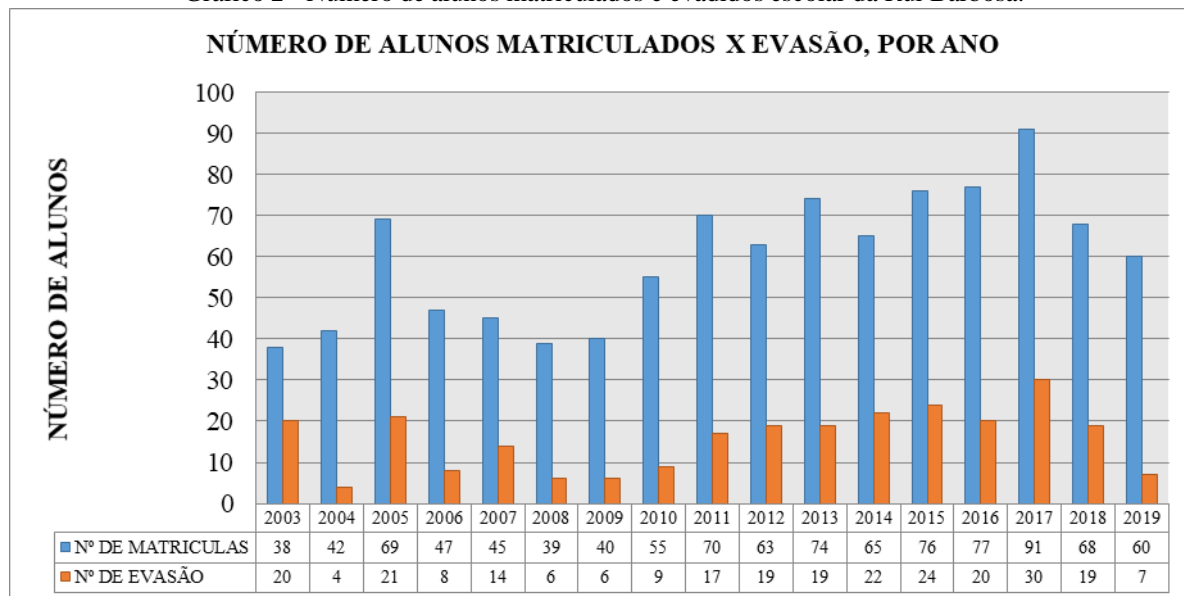
Os dados estatísticos educacionais apresentados no Gráfico 1 mostram que houve aumento no número de alunos matriculados no ensino médio/SOME entre 2003 a 2019, chegando a 91 educandos matriculados no ano de 2017. Ao fazer uma comparação, a partir do ano de 2005, período em que começaram a funcionar as três séries do ensino médio nessa localidade, houve o declínio no número de matrículas nos anos de 2008 com 39 alunos matriculados e depois ocorreu um aumento progressivo, diminuindo novamente em 2019.

O Censo de 2010 indicou que a população rural de Medicilândia era de 17.820 habitantes do total de 27.328 e nos anos posteriores foi observado o aumento da migração para a sede do município e

para as agrovilas, em busca de serviços de educação e saúde, assim como, trabalho. Ou seja, a escola Rui Barbosa é um importante polo de acesso à educação para as famílias do município e em 2020 foram matriculados 54 estudantes no ensino médio, sendo 24 no 1º, 12 no 2º e 18 no 3º ano, representando 26,7% do total de matriculados nessa modalidade no município.

Em seguida será analisada a evasão escolar, como um dos desafios que os sistemas educacionais enfrentam, como os dados do gráfico 2 evidenciam. A evasão também varia bastante, e nos anos de 2019 e 2018 teve uma queda significativa.

Gráfico 2 - Número de alunos matriculados e evadidos escolar da Rui Barbosa.



Fonte: Dados fornecidos pela secretaria da Escola Rui Barbosa (2020).

De acordo com os alunos, são diversos os fatores que os levam a desistirem dos estudos, dentre eles foram destacados: distância entre a escola e suas residências; intrafegabilidade das estradas no período chuvoso; cansaço, por serem trabalhadores durante o dia seja em serviços domésticos, contratados ou de outras formas de trabalho; gestação e período de lactação, no caso das mulheres que acabam sendo as principais responsáveis pelos cuidados com os filhos.

Na região predomina a produção da lavoura cacaueteira, muitas famílias se mudam para trabalhar como meeirosⁱⁱ, deste modo, a evasão escolar acontece por precisarem migrar para outras localidades. Ainda destacamos a instabilidade durante os módulos, pela

falta de oferta de disciplinas devido a não viabilização de contratação de professores habilitados. Todos são fatores que influenciam na evasão escolar e por sua vez, reverberam na limitação do sistema modular.

Os dados coletados na escola Rui Barbosa expostos no Gráfico 2 também indicaram uma redução no número de matrículas nos últimos 2 anos, sendo 68 alunos matriculados em 2018 e 60 em 2019. A diretora da escola ressalta que esta diminuição nas matrículas acontece porque o número de jovens da localidade está diminuindo, alguns indo embora da comunidade à procura de oportunidades de trabalho, outros estão casando e têm aqueles que não querem mais estudar.

Embora o número de alunos tenha diminuído em relação a 2017, o índice de

alunos que concluiu o ensino médio na comunidade e ingressou no ensino superior aumentou em 2018 e 2019.

O Sistema Organizacional Modular de Ensino tem a seguinte hierarquia e função: Secretaria de Estado de Educação- SEDUC (responsável pela coordenação estadual); a Unidade Regional de Educação- URE/SEDUC (coordenação regional responsável pelo fornecimento de professores qualificados para a oferta de ensino); escola sede (coordenação dos circuitos por município, responsável pela administração documental) e Escolas Polos, onde é ofertado o SOME.

Assim, ao governo estadual cabe a manutenção de professores qualificados e, o dever do governo municipal é o fornecimento da estrutura onde funcionará a escola, que não é o caso da Rui Barbosa, pois, a estrutura já é estadual. O governo municipal assegura o fornecimento do transporte escolar, como garantido na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/96, no artigo 208, no intuito de garantir a educação aos alunos que residem em povoados mais afastados da escola na qual é ofertado o módulo, no entanto, o transporte só funciona enquanto ocorrem as aulas do ensino fundamental. A merenda escolar também é de responsabilidade do governo municipal, como garantido na Lei nº 11.947/2009, no

artigo 208 da Constituição Federal. Ao que se refere ao aspecto da gestão, Rodrigues e Silva (2018, p. 268) afirmam que:

Inexiste uma equipe gestora específica do sistema modular nas localidades de funcionamento. Assim, embora os alunos estudem em sua comunidade (ou em áreas vizinhas), são vinculados a uma Escola Sede, situada na cidade e responsável pelo atendimento das demandas pedagógico-administrativas em conjunto com as Unidades Regionais de Educação.

Neste sentido, embora não haja uma equipe gestora específica para atender o sistema modular, a equipe técnico-pedagógica e administrativa da escola atende as turmas no momento das matrículas e dá suporte durante o ano letivo, como no acesso à biblioteca, uso do laboratório de informática, atualmente instalado na biblioteca, materiais impressos, manutenção das salas de aula, entre outros.

No decorrer do ano letivo, a escola oferta quatro módulos e cada módulo tem a duração de 02 meses, dependendo da carga horária de cada componente curricular, são eles, Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, Química, Física, Biologia, História, Geografia, Educação Física, Filosofia e Sociologia; e os componentes curriculares diversificados que são, Artes e Aspectos da Vida Cidadã (AVC) para o 1º ano,

Estudos Amazônicos para o 2º ano e Língua Portuguesa II para o 3º ano. Quando não conseguem ofertar todos os componentes no decorrer do ano, esses são ofertados no início do ano letivo seguinte como reposição, paralela ao novo ano letivo.

De acordo com relatos da diretora da escola, nos anos de 2017 e 2018 algumas disciplinas deixaram de ser ofertadas por não serem assegurados os professores. Há uma enorme preocupação não só por parte dos alunos que estão cursando, mas também pela direção da escola, em relação às dificuldades no processo de aprendizagem e na formação das habilidades necessárias para terem bom aproveitamento no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), vestibulares e até mesmo quando forem prestar concursos públicos.

Foi verificado que houve evasão escolar ao longo dos anos letivos, apesar da diminuição nos anos de 2019 e 2018, a qual pode estar relacionada às características socioeconômicas dos alunos da comunidade em questão e as do próprio funcionamento do sistema modular de ensino, as quais precisam ser consideradas no momento de se discutir o planejamento das ações educacionais voltadas para o campo, assim como, repensar o próprio currículo trabalhado no

meio rural. Também, a visão do SOME volta-se à preparação com vistas ao ingresso na universidade, o que nem sempre é a expectativa dos jovens estudantes, como concluiu Oliveira (2010, p.105) sobre outros pontos de vistas a serem considerados para o ensino nas escolas do campo:

... o SOME não vivencia aspectos informativos e formativos relacionados à produção local, seus conteúdos voltam-se à preparação para o vestibular e ao processo de urbanização. Abre novas expectativas de vida aos seus usuários, principalmente, a aspiração de cursar a educação superior e a busca de trabalho em áreas urbanizadas. Ou seja, o ponto de partida e de chegada do conhecimento é a cidade, aspecto que em princípio o Programa se propunha a evitar.

Os entrevistados não questionam a qualidade pedagógica da educação ofertada pelo SOME, no entanto, não há a valorização dos conhecimentos locais, pois, os conteúdos tomam como referência a vivência no meio urbano, ao invés de incentivarem os estudantes a estudar e permanecer em suas comunidades, no intuito de valorizar o campo e o seu modo de vida. Como se não bastasse essa descontextualização do ensino, em 2017, o governo estadual começa a implementar a substituição do SOME pelo SEI (Sistema Educacional Interativo), que segundo a SEDUC trata-

se de uma metodologia de ensino médio presencial e regular com mediação tecnológica por meio de videoaulas cujas implicações no processo de formação são refletidas a seguir a partir dos sujeitos que vivenciam essa realidade na Escola Rui Barbosa.

O SOME e o SEI: o que pensam os estudantes, professores e gestores?

O Sistema Educacional Interativo (SEI) é um projeto da Secretaria de Educação do estado do Pará que propõe ampliar o ensino médio nas comunidades rurais. A princípio usa metodologia presencial, mediada por videoaulas (SEDUC, 2021). Foi autorizado pelo Conselho Estadual de Educação do Pará por meio da Resolução de nº 202, de 25 de abril de 2017, parecer nº 205/2017 – CEE/PA e tem dentre as metas do Plano Estadual de Educação, a de "elevação da qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar, de modo a atingir uma média de 5,3 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) até 2025" (Secretaria Estadual de Educação, 2018).

É importante destacar ainda que o Sistema Educacional Interativo é uma iniciativa viabilizada pelo Programa de Melhoria da Qualidade e Expansão da Cobertura da

Educação no Pará, viabilizado por meio do financiamento feito pelo governo estadual junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em dezembro de 2013 ... as aulas são transmitidas diariamente, a partir do Centro de Mídias localizado em Belém, e lecionadas por professores especializados em suas respectivas disciplinas. O conteúdo é recebido nas comunidades rurais pelos alunos e as atividades didáticas local são conduzidas por professores mediadores, dedicados exclusivamente à turma SEI e presentes diariamente nas salas de aula. O papel destes docentes é central na metodologia de ensino presencial com mediação tecnológica, uma vez que são os responsáveis por conectarem os estudantes aos professores ministrantes em tempo real, sanando dúvidas e realizando dinâmicas de aula que estimulam trocas e mantém a qualidade do ensino (Secretaria Estadual de Educação, 2018).

Segundo a SEDUC-Pará, do ponto de vista técnico, os alunos assistem às aulas transmitidas via satélite por meio de uma TV instalada na sala dedicada ao SEI, situada em uma Escola da Rede Municipal. Todas as salas de aula contêm, ainda, microfones para comunicação entre alunos, mediadores e ministrantes, um computador, em que o mediador pode enviar dúvidas por meio de chat online, respondidas por um professor de plantão, situado no Centro de Mídias (Secretaria Estadual de Educação, 2018).

A Secretaria de Educação justifica a implantação do SEI pela complexidade da oferta do ensino médio nas regiões rurais, a demanda a ser atendida, as condições fitogeográficas e os índices de proficiência e de evasão.

Neste universo das Escolas Estaduais, observa-se uma alta taxa de abandono e baixos índices de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, 17% dos alunos rurais abandonam os estudos, contra 14,9% do meio urbano, de acordo com o Censo Escolar/INEP. Segundo resultados do sistema paraense de avaliação educacional, de 2016, 60,7% e 78,6% dos estudantes têm proficiência abaixo do básico em Língua Portuguesa e Matemática, respectivamente (Secretaria Estadual de Educação, 2018).

As aulas do SEI iniciariam normalmente no período letivo de 2018. A meta da SEDUC era levar o ensino médio regular, por meio de tecnologia, a 145 salas de aula. Até o final de 2018, esse sistema de ensino era para estar em operação para participação de 6.400 alunos em aulas piloto em 61 localidades do Pará.

Para verificar a posição sobre o SEI, foi buscado o ponto de vista de professores e alunos da Escola Rui Barbosa, os quais participaram de uma reunião que aconteceu na 10ª URE, município de Altamira sobre a implantação dessa modalidade de ensino

que aconteceria na escola da comunidade no ano de 2018, período em que ocorreria a mudança e seria o público alvo desse sistema.

Na reunião ocorrida no ano de 2017 em Altamira foram esclarecidas algumas questões sobre o novo sistema a ser implantado e os estudantes expuseram diversas preocupações sobre a viabilidade estrutural e pedagógica do mesmo e solicitaram que o SOME continuasse. A partir dessa manifestação e de outras, a modalidade SEI foi implantada apenas em uma comunidade do município para teste, na EMEF Magalhães Barata.

Os discentes que participaram desse movimento foram questionados sobre o que pensam do SEI, enquanto alunos do Sistema Modular de Ensino e possíveis candidatos a utilizarem a nova modalidade. Os sujeitos se mostraram insatisfeitos e inseguros quanto aos benefícios dessa mudança, como mostram as falas a seguir.

Acredito que não teria nenhum benefício e sim malefícios. Pois acredito que esse sistema só atrasaria o ensino da nossa comunidade, que já é atrasada em comparação ao ensino em grandes cidades. Em minha opinião, não funcionaria, pois, já é muito difícil aprender com o professor em sala pra tirar todas as nossas dúvidas, imagina apenas uma aula passando na televisão, onde os alunos não teriam o recurso de tirar suas dúvidas que é essencial para o

aprendizado (E. P. A., ex- aluna do SOME na comunidade, 2020).

No meu ponto de vista, o modelo que estaria a ser implantado, iria sim né, provocar alguns atrasos na educação devido impedir que o aluno interaja em tempo real com o professor, que o aluno esclareça suas dúvidas e tudo mais. No meu ver é para isso que serve o professor, ele está ali para conversar, interagir com o aluno, para esclarecer todas as dúvidas e se fosse para o aluno ter uma aula digamos que remota, a gente teria em casa, estudaria em casa através da internet, só que nem todos os alunos tinham internet na época. A modalidade de ensino que eles queriam implantar traria sim algumas mudanças e provavelmente iria atrasar a educação, porque com o professor em sala de aula já é difícil, imagina só uma aula sendo transmitida através de um telão ou televisão pra gente (E. C. A., ex-aluna do SOME, 2020).

Ao questionar outra aluna, por sua vez, reafirmou que pensa da mesma forma, e cita como exemplo o momento em que o mundo está passando, com o enfrentamento a pandemia do novo coronavírus (COVID-19), os alunos estão tentando dar continuidade aos estudos através das plataformas digitais, no entanto, estão encontrando dificuldades no aprendizado dos conteúdos, sem contar que nem todos os alunos tem acesso à tecnologia, relata.

Eu acredito que seria um atraso no ensino, até porque é difícil aprender somente assistindo aulas pela internet, nem todo mundo tem uma

facilidade de aprendizagem, já com o professor na sala a gente deixa de aprender muita coisa, imagine com apenas vídeos aulas, fora que o professor seria substituído por uma tecnologia que não beneficiaria a todos. Vimos muitos exemplos agora com essa pandemia, muitos alunos estão deixando de estudar por que as aulas estão sendo através de vídeos, e muitos como citei anteriormente, não tem facilidade de aprendizagem. Tá sendo um grande desafio para os jovens de hoje, inclusive assisti no jornal que muitos jovens estão reclamando dessas aulas por vídeos. (S. S., ex-aluna do SOME na comunidade, 2020).

Os entrevistados têm basicamente a mesma visão em relação a esse sistema educacional interativo, principalmente nos quesitos da acessibilidade e da aprendizagem através de videoaulas. No que tange a questão da reforma do ensino médio, ao questionarmos professores pioneiros do sistema modular de ensino sobre a possível substituição do SOME pelo SEI e as lutas que tem enfrentado para manter essa modalidade de ensino.

O SOME é um projeto para atender as comunidades rurais, onde a internet ainda não é de qualidade e a substituição da presença de professoras/es nestas comunidades por um sistema via internet ou sinal de TV é um projeto inviável, primeiro que a cultura da população do campo é outra. É o contato, o diálogo com os profissionais que faz aumentar a aprendizagem, ficar em frente a um aparelho não vai ter aprendizagem, poderá diminuir o índice de conclusão do ensino médio, a qualidade vai ser muito

inferior. E com isso vai prejudicar a disputa das vagas nas universidades de quem mora no campo com quem mora na cidade, porque quem está no ensino médio regular, tem acesso a cursinho e a internet com qualidade; hoje, o SOME disputa de igual para igual com o regular de qualquer cidade no estado do Pará. Esse projeto do SEI é inviável, nós já estivemos em Belém com a Secretária de Educação do governo anterior, o sindicato continua discutindo isso. Quanto ao governo somos nós que trabalhamos e conhecemos a realidade das comunidades rurais no estado do Pará, discordamos deste projeto e esperamos que o governo possa desistir e manter o SOME funcionando nas comunidades rurais e que possa levar para outras que ainda não tem (A. N., professor do SOME, 2020).

No mesmo sentido, o SEI também não agrada a professora A. C. R., que atua no SOME, e tem resistido, lutando em prol de uma educação de qualidade a ser ofertado pelo sistema modular atual.

Atualmente o SOME vem enfrentando diversos ataques governamentais, com a finalidade de efetivar a substituição do SOME pelo SEI. Tal tentativa é uma afronta ao aluno do interior do estado, pois sabemos do sucateamento sofrido intencionalmente pelo Sistema de Organização Modular de Ensino, objetivando, descredibilizando-o em prol da implantação do SEI, sendo que não oferece manutenção de necessidades básicas para os estudantes no que tange o processo de ensino-aprendizagem. Apesar das mazelas, causadas pelo descaso do governo, o SOME tem mostrado, ao longo dos anos, desempenho positivo no processo educacional,

assim fortalecendo as lutas de educadores e educandos na manutenção de aulas presenciais e não a um ensino frio e inerte proposto pelo SEI. (A. C. R., professora do SOME, 2020).

Como podemos perceber nas opiniões colocadas, o SEI é um sistema que não é bem visto pelos alunos das comunidades e professores que atuam no SOME. Nessa perspectiva, ao questionar o Secretário de Educação do município em relação ao sistema implantado como projeto piloto em uma das escolas da zona rural do município, o mesmo ressalta:

Hoje estamos com apenas uma escola com o sistema SEI implantado, entrando já para o 3º ano do ensino por intervenção de mídias. Eu tive a oportunidade de acompanhar as aulas via plataforma, onde os alunos observam as aulas, eles prestam atenção no professor e depois ele trabalha na resolução das atividades, eu particularmente não encontrei pontos negativos a se fazer em relação a essa modalidade de ensino. Inclusive, no momento que eu estive observando, eu até observei os alunos bem mais concentrados do que numa sala de aula de ensino normal. No meu ponto de vista, é uma maneira, uma nova metodologia que pode dar certo! Porque o aluno não está ausente do professor. Entendeu? O professor está apenas à distância, transmitindo as suas aulas através de uma tela, mas é como se fosse uma aula presencial normal, porque existe a interação com o professor. Do meu ponto de vista, eu não encontrei falhas, eu achei meramente positivo e interessante e até foi provado para os alunos da EMEF Magalhães Barata, inclusive

um dos alunos que concluiu o 3º ano no ano passado, fez o ENEM e ele não se saiu mal na prova do ENEM. Entendeu? Então assim, eu não tenho críticas, eu preciso observar mais pra eu apresentar críticas, porque até então eu não tenho do que reclamar, do pouco momento que eu observei as aulas do ensino SEI, que é o Sistema Educacional Interativo (Professor W. F., Secretaria de Educação de Medicilândia, 2020).

O representante da Secretaria Municipal de Educação percebe o sistema como uma alternativa viável para as comunidades que até então não era ofertado o ensino médio, e que só tem visto pontos positivos ao observar as aulas na escola piloto.

O ex-coordenador do modular rural e atual coordenador de programas educacionais do município, o professor C. N., que acompanhou todo o processo do programa implantado na EMEF Magalhães Barata, a 27 km da sede do município, afirma que a comunidade em geral, alunos, pais, mães e professores avaliam o programa como positivo e será implantado em mais três escolas. Ao questioná-lo sobre o porquê de ter sido escolhida esta escola, explica que:

O plano piloto era instalar no km 80, na escola Gaspar Vianna. Mas dada a dinâmica que ninguém conhecia o programa, a comunidade não aceitou. Daí nós reunimos e buscamos levar a uma das comunidades que sempre lutou pela

implantação do ensino médio. A escolha da Magalhães Barata se deu pelo fato de que já haviam sido realizadas visitas da 10ª URE, e a Magalhães Barata é uma escola Polo, que atende alunos do km 105 ao 90, alunos das vicinais. (Professor C. N., ex-coordenador do modular rural e atual coordenador de programas do município, 2020).

Ao ser questionado sobre o que acha dessa modalidade e como os professores da região e município que se qualificaram para atuar no ensino médio seriam inseridos no SEI, e embora não tenha problematizado a questão, respondeu:

O SEI não é ruim como as pessoas dizem. Ao participar de uma aula, você percebe que não há diferença do que é feito no ensino regular. Apenas a dinâmica muda. Para as comunidades que não é possível instalar turmas do SOME e do regular, é de extrema importância. Durante as aulas quando se tem dúvidas, o aluno tira normalmente. Embora sejam transmitidas ao vivo via satélite, as aulas ficam gravadas, caso aconteça algum problema, os alunos assistem posteriormente. Participei de uma aula e do meu ponto de vista, muito interessante, quando retornar as aulas, irei convidar alguns alunos do regular para participarem de uma aula. Para que os professores sejam inseridos no programa, eles precisam fazer um processo seletivo que é realizado pela SEDUC (Professor C. N., ex-coordenador do modular e atual coordenador de programas do município, 2020).

Observamos que para atuar no SEI, o profissional na qualidade de monitor precisa ser dinâmico e qualificado para

auxiliar os alunos a tirarem suas dúvidas, inclusive ao mobilizar os professores remotamente e ter um certo domínio sobre os conhecimentos de cada disciplina. E dessa forma que o governo proporciona significativa diminuição na contratação de profissionais da educação e custos de deslocamento.

Ao questionar o atual coordenador municipal de programas sobre de que forma o currículo é trabalhado no SEI, se é adequado às especificidades locais ou já vem pronto, unificado, afirma:

Em relação ao Currículo, os alunos não são prejudicados. O currículo é o mesmo do ensino regular. Entretanto, nesse caso são realizadas reuniões com alunos, pais e responsáveis e comunidades em geral, e dentro delas, são organizados projetos que obrigatoriamente devem levar em consideração a realidade da comunidade. E também, são organizadas oficinas com temáticas que venham considerar e melhorar a qualidade de vida das comunidades (Professor C. N., ex-coordenador do modular e atual coordenador de programas do município, 2020).

Embora ambos os programas, o Sistema Organizacional Modular de Ensino e o Sistema Educacional Interativo sofrerem críticas e serem vistos em seus prós e contras, são as únicas políticas que visam levar a educação escolar até as comunidades rurais, ocorrendo diminuição gradativa de

investimentos para que esses estudantes tenham ensino regular de qualidade, de forma presencial, com estrutura e professores qualificados e valorizados. Esses sistemas são definidos porque a educação, e mais ainda, a ofertada para as populações do campo, não é prioridade, dada a perspectiva neoliberal, excludente, que discrimina e nega direitos sociais.

O SEI, certamente não responde por esse desafio, não pode dar conta de redirecionar o caminho do estado no ensino médio rural, não pode cumprir a meta de atender cerca de 5 mil alunos em todas as regiões de integração do estado por meio da instalação de um total de 145 pontos de transmissão de aulas.

O Fórum Paraense de Educação do Campo tem sido um espaço importante de luta e tem recorrido ao Ministério Público do Estado do Pará, no sentido de tomar providências legais e possíveis intervenções em favor da diversidade das populações camponesas, quilombolas, comunidades tradicionais e povos indígenas, o que desembocou em ações civis públicas para suspensão da ofertado ensino médio pelo Sistema Educacional Interativo, coadunadas com ações de mobilizações do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do

Estado do Pará (SINTEPP) e mobilizações das comunidades escolares.

Os educadores e educadoras do Sistema Modular de Ensino (SOME) mobilizaram os estudantes e suas famílias nos municípios para pressionarem as Secretarias Municipais de Educação a não aderirem ao SEI. O Fórum Paraense de Educação do Campo tem denunciado em suas reuniões o irrisório atendimento do ensino médio nos territórios do campo, indígenas, extrativistas e quilombolas no estado do Pará, que não atinge 18% dos jovens na faixa etária definida pela legislação (de 15 a 17 anos) (Fórum Paraense de Educação do Campo, 2021).

O Estado precisa criar políticas públicas para essas populações, especialmente na área da educação, oferecendo livros didáticos suficientes para as necessidades das escolas e comunidades do campo, das florestas e das águas e que sejam condizentes com a modalidade de ensino, materiais didáticos e tecnológicos que contribuam na qualidade do ensino ofertado. Esse seria o papel do Estado quando dizemos: “Educação do Campo, direito de todos, dever do Estado”.

A formação continuada de professores e a oferta de materiais pedagógicos a partir de um currículo pensado dentro de uma proposta que procure romper a dissociação entre conhecimento escolar e cidadania, que

possa considerar tanto os conteúdos escolares quanto os da realidade local, elementos do contexto sociohistórico de construção do processo de ensino e aprendizagem (Rocha & Nunes, 2009). Nesse movimento metodológico e dialético, o currículo, contextualizado, pode expressar características e temporalidades das comunidades tradicionais de modo a dar vida e potencialidade de transformação e emancipação aos sujeitos da escola e da comunidade.

A educação como ato político e social deve proporcionar o desenvolvimento das crianças, jovens e adultos, no sentido de promover a formação com vistas à preparação para participação e exercício pleno da cidadania. Lembremos de Paulo Freire quando pensamos a educação nesse caráter político, emancipatório e de qualidade.

Qualidade da educação; educação para a qualidade; educação e qualidade de vida, não importa em que enunciado se encontrem, educação e qualidade são sempre uma questão política, fora de cuja reflexão, de cuja compreensão não nos é possível entender nem uma nem outra (Freire, 2000, p. 43-44).

A compreensão dos limites da prática educativa demanda indiscutivelmente a clareza política dos educadores com relação a seu projeto. Demanda que o educador assuma a politicidade de

sua prática. Não basta dizer que o ato político é também educativo. Não posso pensar-me progressista se entendo o espaço da escola como algo meio neutro, com pouco ou quase nada a ver com a luta de classes, em que os alunos são vistos apenas como aprendizes de certos objetos de conhecimento aos quais empresto um poder mágico. Não posso reconhecer os limites da prática educativo-política em que me envolvo se não sei, se não estou claro em face de a favor de quem pratico. Ou a favor de quem pratico me situa num certo ângulo, que é de classe, em que diviso o contra quem pratico e, necessariamente, o por quem pratico, isto é, o próprio sonho, o tipo de sociedade de cuja invenção gostaria de participar (Freire, 2000, p. 46-47).

Entre as muitas lições deixadas por Paulo Freire, temos a tarefa da formação crítica radical e libertadora, trabalhar a legitimidade do sonho ético-político da superação da realidade injusta.

Trabalhar a genuinidade desta luta e a possibilidade de mudar, vale dizer, é trabalhar contra a força da ideologia fatalista dominante, que estimula a imobilidade dos oprimidos e sua acomodação à realidade injusta, necessária ao movimento dos dominadores. É defender uma prática docente em que o ensino rigoroso dos conteúdos jamais se faça de forma fria, mecânica e mentirosamente neutra (Freire, 2000a, p. 43).

As vozes dos alunos e sujeitos da pesquisa são testemunhas da história da construção dos direitos do povo brasileiro que vive no campo e trabalha com a

educação. São experiências e práticas de educadores e educadoras dos diversos movimentos populares, que traduzem o cotidiano da realidade da educação no campo e desconstruem a ideia da cidade como referência civilizatória, entendendo que os espaços do campo e da cidade são inseparáveis do ponto de vista dessa expressão anunciada por Arroyo (2007).

Uma educação pensada a partir da realidade das áreas de reforma agrária, dos territórios quilombolas e ribeirinhos, do meio rural como um todo, tem demandado a construção e a melhoria de projetos de educação do campo. Os movimentos sociais e sindicais são protagonistas nesse processo de conquista, no entanto, dada à conjuntura nacional que estamos vivendo, precisamos sinalizar as dificuldades e os desafios do processo educativo que envolve os direitos dos povos do campo e suas condições de vida e de cidadania.

A Educação do Campo no contexto de seus desafios teóricos e práticos tem a sua história circunstanciada pelas contradições da realidade rural e expressa que a educação do campo não está isolada, é coletiva e contextualizada na perspectiva da transformação social e das formas alternativas e coletivas de produção da vida.

As pesquisas realizadas pelos alunos do curso de graduação em Licenciatura em Educação do Campo revelam as contradições existentes na escola básica do campo, a história de luta dos sujeitos, o processo migratório e organização coletiva da vida em comunidade, em busca do acesso ao conhecimento e à escolarização como parte da estratégia de resistência à exploração do capital.

Temos vivenciado e construído um acúmulo de diversas experiências políticas educativas e pedagógicas no contexto do curso de Educação do Campo, na busca e luta por um projeto de educação, transformador da sociedade, impregnado de sentido e de vida, “essa vida vivida todos os dias tal como ela é vivida e pensada pelas diferentes categorias de pessoas do lugar, mas, principalmente pelos estudantes e através deles, o que importa considerar, como ponto de partida” (Brandão, 2003, p. 231).

O conhecimento que produzimos, na relação universidade e escola básica, nas experiências cotidianas da formação e atuação profissional, nas práticas e nas políticas públicas, culminam em uma comunidade que formamos mediante o projeto de sociedade o qual almejamos e estamos construindo. Nutrimos-nos de

concepções pedagógicas críticas, fundamentadas numa epistemologia desafiadora às tendências e concepções que têm embalado as políticas educacionais brasileiras contemporâneas, exigindo, portanto, a transformação da escola (Moura *et al.*, 2020).

O ensino médio tem muito a avançar em termos dos princípios da educação do campo, e a tríade: campo, educação e políticas públicas. A realidade do campo, dos territórios camponeses, indígenas, quilombolas, dos povos da floresta e das águas, expressam demandas urgentes e se faz necessário pensar uma ação educativa que considere a realidade das políticas públicas tal como elas se apresentam em cada tempo histórico, pois a política pública não existe s em educação pública, sem escola pública, que por sua vez, para existir, precisa de um território social e político.

O estudo da realidade tem um papel essencial em uma educação transformadora. Ele está relacionado a um trabalho pedagógico que visa facultar ao educando o conhecimento da realidade e autoconhecimento. Visa ainda estabelecer e ampliar uma interrelação crescente com a comunidade, tendo no horizonte a transformação da escola em um “centro de produção, recriação e irradiação da cultura” (Brandão, 2003, p. 230).

Dialogamos sobre dados da realidade de uma escola para pensarmos

em construir estratégias de luta social e acadêmica pelos processos de construção de conhecimento mediados junto com os sujeitos em sala de aula da escola básica, na universidade que está formando professores, no contexto de um movimento que tem um posicionamento político, social, epistemológico e metodológico de formação humana.

Nesse sentido, diversas comunidades rurais, Ministério Público Estadual, Fórum Paraense, Fóruns Regionais e Municipais de Educação do Campo, os Movimentos e Organizações Sociais dos Povos do Campo, Indígenas, Extrativistas e Quilombolas se posicionaram contra a implantação do Sistema Educacional Interativo (SEI) nas comunidades do campo, indígenas, extrativistas e quilombolas do estado do Pará, que tem avançado nos territórios nesses tempos de pandemia. Apesar dos discursos e ações governamentais a favor da ampliação do SEI, os movimentos sociais continuam resistindo em favor da garantia e universalização do direito à educação pública que reconheça e atue a partir da diversidade sociocultural e territorial da Amazônia e com a participação efetiva dessas populações nas definições das políticas educacionais.

Considerações finais

As populações do campo, em especial os jovens, defendem a importância e a permanência da modalidade de ensino SOME na comunidade Jorge Bueno da Silva, tendo em vista a garantia e continuidade da oferta da educação básica, possibilitando aos camponeses concluírem o ensino médio em sua localidade de origem, dado o custo de vida elevado para manter-se na cidade e a perda do convívio diário com seus familiares e sua comunidade.

Por outro lado, existem lacunas no sistema de ensino, de atender as necessidades dos alunos, suas especificidades locais e políticas públicas que potencializem a formação desses cidadãos e promovam a inserção em outros mercados de trabalho ou desenvolvam o seu ofício enquanto camponeses. Embora os docentes procurem ofertar um ensino de qualidade, essa metodologia aplicada não oferece boas expectativas de aprendizagem aos educandos. Uma vez que o próprio currículo utilizado é de caráter urbanocêntrico, desconsiderando os saberes tradicionais e perdendo suas características dos princípios e pressupostos de educação do campo.

Embora haja inúmeras críticas relacionadas ao funcionamento do SOME,

a comunidade sente-se mais contemplada com essa modalidade de ensino e se recusa a aceitar a substituição pelo programa do SEI, que oferta o ensino médio através do sistema de mídias. Nesse movimento de construção e sistematização dos dados, foi possível vivenciar um adensamento das reflexões sobre os desafios da oferta do ensino médio no campo tendo em vista a garantia dos direitos às populações camponesas e, especialmente, de políticas públicas educacionais.

No intuito de compreender como o Estado vêm tratando as populações do campo em seu acesso ao ensino médio, essa pesquisa suscitou a relevância para subsidiar as ações municipais e mobilizar a tarefa coletiva pela garantia de seus direitos. Confirmamos ao ter acesso ao que outros pesquisadores estão desenvolvendo o quanto devemos caminhar juntos, escola, universidade e as esferas governamentais, na realização de pesquisas e estudos sobre a realidade concreta que nós, sujeitos sociais, vivemos.

Dialogamos ainda, sobre a necessidade de refletir como essas condições materiais de existência dos sujeitos em suas comunidades e escolas são relevantes e devem ser levadas em consideração para que possamos trabalhar

em prol de uma educação emancipatória, com a qualidade e o compromisso pelo gosto do pertencimento, do respeito pela ancestralidade, da resistência por direito e acesso à tecnologia, às condições de igualdade de acesso, permanência e qualidade da educação básica de gestão pública, ao conhecimento universal com a valorização, presença e afirmação dos saberes vinculados aos territórios de vivências dos povos e comunidades, seja do campo ou da cidade.

Referências

Araújo, A. S. (2019). *Educação do campo: estágio supervisionado III*. Altamira: UFPA/Faculdade de Etnodiversidade.

Arroyo, M. G. (2007). Políticas de formação de educadores do campo. Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. *Cad. Cedes*, 27(72), 157-176. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622007000200004>

Brandão, C. R. (2003). *A pergunta a várias mãos: a experiência da pesquisa no trabalho do educador*. São Paulo: Cortez.

Brayner, C. N. M. (2012). *Sistema de Organização Modular de Ensino: um estudo avaliativo da organização do trabalho pedagógico no ensino médio do meio rural*. Belém.

Constituição da República Federativa do Brasil. (1988, 05 de outubro). Recuperado de: <http://www.senado.leg.br/atividade/const/constituicao-federal.asp#/>

Freire, P. (2000). *Política e educação*. 4. ed. São Paulo: Cortez.

Freire, P. (2000a). *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Ed. UNESP.

Fórum Paraense de Educação do Campo. (2021). *Diálogo de Experiências do Ensino Médio nos Territórios do Campo, das Águas e da Floresta da Amazônia Paraense*. Recuperado de: <https://educampoparaense.com/biblioteca/diálogo-de-experiencias-de-ensino-medio-presencial-nos-territorios-do-campo-das-aguas-e-da-floresta-na-amazonia-paraense/>

Gamboa, S. S. (2018). *Pesquisa em educação: métodos e epistemologias*. 3. ed. rev., atual. e ampl. [recurso eletrônico] - Chapecó, SC: Argos.

IBGE. (2020). *Cidades*. Recuperado de: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/medicilandia/historico>.

Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (1996, 23 de dezembro). Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação.

Moura, T. V., Cordeiro, K.O. S., & Sena, I. P. F. S. (2020). *Educação do campo: políticas, práticas e formação*. Curitiba-PR: CRV Editora.

Merriam, S. B. (1998). *Qualitative research and case study applications in education*. San Francisco: Jossey-Bass.

Oliveira, R. M. (2010). *Elementos administrativos e pedagógicos do SOME na percepção de seus autores* (Dissertação de Mestrado). Universidade Católica de Brasília, Brasília.

Rocha, M. I. A., & Nunes, A. A. (Orgs.). (2009). *Educação do Campo: desafios para formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Rodrigues, J. M. P., & Silva, G. P. (2018). O Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) na ótica de egressos no município de Breves-Pará. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 3(1), 260-286. <https://doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2018v3n1p260>

Sacramento, B. N. (2018). *Política de ensino médio modular no Pará: princípios, diretrizes e práticas formativas para juventude do campo na Amazônia* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Pará, Belém.

Secretaria de Educação do Estado. (2021). *Sistema Paraense de Avaliação Educacional (SisPAE)*. Recuperado de: <https://sispae.vunesp.com.br/reports/RelatorioSISPAE.aspx?c=SEPA1702>

Secretaria de Estado de Educação. (2020). *Consulta Escola*. Recuperado de: http://www.seduc.pa.gov.br/portal/escola/consulta_matricula/RelatorioMatriculas.php?codigo_ure=10

Secretaria de Estado de Educação (2018). *Conheça o Sistema Educacional Interativo (SEI), projeto da Seduc-PA que leva Ensino Médio a comunidades rurais do Pará*. Recuperado de: <http://www.seduc.pa.gov.br/site/sei/modal?ptg=9273>

Secretaria de Educação do Estado. (2008). *A educação básica no Pará: elementos para uma política educacional democrática e de qualidade Pará todos*. Vol. II. Belém-Pará.

Silva, E. G. O., & Tontini, M. Cruz. (2007). *Educação da Rede Pública: entre as políticas e as Práticas Pedagógicas* (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal do Pará, Belém.

Universidade Federal do Pará. (2017). *Regulamento de Estágio Supervisionado*

obrigatório do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. UFPA-Faculdade de Etnodiversidade: Altamira.

Yazan, B. (2015). Three Approaches to Case Study Methods in Education: Yin, Merriam, and Stake. *The Qualitative Report*, 20(2), 134-152. <https://doi.org/10.46743/2160-3715/2015.2102>

ⁱ Consideramos o respeito pela dignidade humana e pela especial proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos e consideramos o desenvolvimento e o engajamento ético como constam na resolução Nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

ⁱⁱ Pessoa que por meio de contrato de trabalho realizam a colheita e outras atividades na lavoura cacaueteira de terceiros, recebendo como pagamento a metade da produção colhida; quando formalizado, o meeiro assina um contrato de parceria rural no qual as obrigações e direitos de ambas as partes estão previstos; normalmente os trata-se de uma família de meeiros e que pode morar provisoriamente no estabelecimento do proprietário da lavoura.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em : 30/03/2021
Aprovado em: 18/08/2021
Publicado em: 30/11/2021

Received on March 30th, 2021
Accepted on August 18th, 2021
Published on November, 30th, 2021

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Araújo, A. S., Damacena, F. A. F., & Rocha, C. G. S. (2021). Os desafios dos sistemas educacionais adotados no Ensino Médio Modular no campo na Escola Rui Barbosa, Medicilândia, Pará. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 6, e11877. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e11877>

ABNT

ARAÚJO, A. S.; DAMACENA, F. A. F.; ROCHA, C. G. S. Os desafios dos sistemas educacionais adotados no Ensino Médio Modular no campo na Escola Rui Barbosa, Medicilândia, Pará. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, Tocantinópolis, v. 6, e11877, 2021. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e11877>